



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO

#### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

(Processo Administrativo nº 2025.0.000042630-0)

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por meio da Assessoria Técnica de Licitação, sediada na Rua da Alfândega, nº 41, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, torna público que realizará a licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 8.538/2015, da IN SEGES/ME Nº 73/2022, da IN SEGES/ME Nº 116/2021 e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 22 de maio de 2026, às 11h00 (horário de Brasília)**

**Endereços eletrônicos:** <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

**CONTRATANTE (UASG): 070017**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 77.465,42**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item e por grupo**

**MODO DE DISPUTA: aberto e fechado**

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: sim**

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: não**

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de materiais de hidráulica**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Os licitantes deverão SEMPRE observar as especificações contidas no Termo de Referência, considerando que pode haver divergência com a especificação constante no sistema (CATMAT).

1.2. A licitação será realizada por itens/grupo, podendo o licitante participar em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO REFERÊNCIA

ANEXO II - PROPOSTA PADRÃO

ANEXO III - QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS

## ANEXO IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão informar-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O licitante se responsabilizará pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, devendo acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

2.1.3. O licitante se responsabilizará pelos atos praticados diretamente ou por representante seu, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de acesso.

2.1.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no **subitem 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, uma vez que as informações cadastrais, em especial os telefones e endereço de e-mail, poderão ser utilizados por este Tribunal para todos os fins, inclusive para envio documentos e notificações.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP e microempreendedor individual - MEI, conforme o disposto nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e Decreto nº 8.538/2015.

2.2.1. Para todos os itens **a participação será exclusiva para ME/EPP ou equiparadas**.

2.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às ME/EPP ou equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. **Não** poderão participar desta licitação:

2.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, isoladamente ou em consórcio, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.3.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.3.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos a que se refere o **subitem 2.3.2** poderá participar no apoio das atividades de planejamento, de execução da licitação ou de gestão da contratação, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos deste órgão.

2.3.2.3. O disposto no **subitem 2.3.2** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.3.3. Pessoa física ou jurídica que esteja impedido de participar de licitação e celebrar contratos com este Tribunal, com a União ou declarados inidôneos perante a Administração Pública, na forma da legislação vigente.

2.3.3.1. O impedimento do subitem acima também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.3.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.3.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

2.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos **5 anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme Portaria GP TRE-RJ nº 18, de 06/03/2023.

2.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato o agente público deste órgão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### 3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

3.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.1.2. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **preço unitário e total por item/grupo, fabricante e marca/modelo**, já considerados e inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.1.3. **O fornecedor pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração, nos termos do art. 5º da IN SEGES/ME Nº 116/2021.**

**3.1.3.1. O valor de que trata o subitem anterior será subtraído do preço da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).**

3.2. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

3.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.4.1 Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.5.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante enquadrado como ME/EPP ou equiparadas deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021](#).

3.6.1 No item exclusivo para participação de ME/EPP ou equiparadas, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME/EPP ou equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123/2006](#), mesmo que ME/EPP ou equiparadas.

3.7. A falsidade das declarações de que tratam os **subitens 3.5 e 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu preço final mínimo quando do cadastramento da proposta, nos termos do art. 19 da IN SEGES/ME Nº 73/2022, obedecendo às seguintes regras:

3.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de preços entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o preço final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.8.3. O preço final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado, preço superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema; e

3.8.4. O preço final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para este Tribunal, podendo ser disponibilizado somente aos órgãos de controle externo e interno.

#### **4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.2.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas e somente estas participarão da fase de lances.

4.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

4.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.6. O lance deverá ser ofertado pelo **preço unitário por item**.

- 4.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, sempre de preço inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1%(um por cento)**.
- 4.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 4.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa “aberto e fechado”**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 4.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 4.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.10.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no **subitem 4.10.2**, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.14. Caso haja desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 4.14.1. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) com o sistema persistir por tempo superior a **10 minutos**, a sessão deverá ser suspensa e sua continuidade agendada respeitando o limite mínimo de **24 horas**, contados da comunicação no "chat".

## 5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de ME/EPP ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

- 5.1.1. Nessas condições, as propostas de ME/EPP e equiparadas, que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.1.2. O licitante melhor classificado nos termos do subitem anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 minutos**, contados após a comunicação automática do sistema.
- 5.1.3. Caso a ME/EPP e equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais ME/EPP e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



5.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP e equiparadas, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.1.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.2. O critério de desempate previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), será aplicado quando houver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, no que couber e na seguinte ordem:

5.2.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.2.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.2.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme [Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023](#);

5.2.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas brasileiras;

b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.4. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## 6. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Encerrada a fase de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

6.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado for desclassificado.

6.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.2. Será verificado, ainda, se o licitante melhor classificado atende às condições de participação previstas no **item 2**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação no certame ou sua futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS / Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União - CGU (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

6.2.1. A consulta ao CEIS será realizada no nome e no CNPJ da licitante e também no CPF do seu sócio majoritário, se houver, considerando as sanções previstas na [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.2.2. Constatada existência de sanção, o licitante será desclassificado, por falta de condição de participação.

6.2.3. Caso conste no SICAF apontamento de "Ocorrência Impeditiva Indireta" do licitante com empresa impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea, será realizada diligência para verificar indícios de fraude à Lei de Licitações, através dos seguintes meios, dentre outros :

- a) vínculos societários;
- b) linhas de fornecimento similares ou atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

6.2.4. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) consignará no "chat" as ocorrências levantadas e submeterá os autos para análise da autoridade superior, que poderá, observado o contraditório e a ampla defesa, desconsiderar da personalidade jurídica do licitante, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, para que todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica penalizada sejam estendidos ao licitante.

6.2.5. Diante da presença de indícios de ilícito, o(a) Pregoeiro(a) consignará no "chat" e submeterá os autos para análise da autoridade superior, que poderá, observado o contraditório e a ampla defesa, desconsiderar a personalidade jurídica do licitante, para que todos os efeitos da sanção aplicada à pessoa jurídica penalizada lhe alcancem, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.6. Caso haja desconsideração da personalidade jurídica do licitante, este será desclassificado, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

6.3. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP ou equiparadas, terá sua condição verificada, mediante consulta ao PNCP para verificar se os contratos celebrados pelo licitante não extrapolam o limite da Lei Complementar 123/2006.

6.3.1. Constatada a superação do limite previsto no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) concederá ao licitante a oportunidade de se manifestar com vistas a demonstrar seu correto enquadramento como ME/EPP ou equiparadas.

6.4. As propostas finais, enviadas após a etapa de lances, serão examinadas quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao(s) limite(s) unitário(s) e total(is) máximo(s) estipulado(s) no **Anexo II** do Edital, observado o critério de julgamento de **menor preço unitário do item**.

6.5. O licitante melhor classificado deverá enviar, no prazo de **2 horas**, a contar da convocação pelo sistema, os seguintes documentos, sob pena de recusa da proposta:

6.5.1. **Proposta de preços** adequada ao lance final ofertado ou preço negociado, conforme **Anexo II**. Todas as especificações do objeto contidas na proposta final, tais marca, modelo, tipo, fabricante e procedência vinculam a contratada.

6.5.2. **Folder, catálogo ou documentos do fabricante** ou a indicação de página da internet, que contenham informações suficientes para comprovar a adequação do produto às exigências do Termo de Referência.

6.5.2.1. A exigência acima poderá ser dispensada, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando a marca e o modelo ofertados forem os mesmos indicados como referência neste Edital ou nos casos em for possível a verificação das características por outros meios.

6.5.3. **Para os itens 1 ao 5, 8 ao 12, 14, 16, 19 ao 23, 25 ao 30 e 35 ao 81**, o licitante deverá apresentar **Certificado de Regularidade do IBAMA** do fabricante ou o seu número de inscrição no CNPJ, a fim de se verificar junto a esse órgão se o fabricante possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na validade – de acordo com o art.17 inc. I e II da Lei Federal 6938/1981, bem como instrução normativa nº 13, de agosto de 2021 do IBAMA. **Não serão aceitos certificados na área de comércio ou representação comercial.**

6.5.3.1. A apresentação do Certificado de Regularidade poderá ser dispensada, caso o pregoeiro logre êxito em obtê-lo através consulta online à página oficial do Ibama, mediante apresentação

do CNPJ do fabricante do produto.

6.5.4. Os **itens 1 ao 5, 16 e 21** deverão apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 3 (Indústria Metalúrgica) ou na Categoria 4 (Indústria mecânica).

6.5.5. Os **itens 8 ao 12, 14, 19, 20, 22 ao 23, 25 ao 27 e 35 ao 81** deverão apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 12 (Indústria de Produtos de Matéria Plástica).

6.5.6. Os **itens 28 ao 30** deverão apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 2 (Indústria de Produtos de Minerais não Metálicos).

6.5.7. Para os **itens 15, 16, 17 e 18**, as marcas e/ou códigos do fabricante solicitados não podem ser substituídos por similares de outras marcas pois destinam-se à reposição e, por tal razão, trabalharão em conjunto com outros componentes. A reposição por material de outra marca/modelo não garante o funcionamento do conjunto onde haverá a reposição.

6.5.8. O prazo previsto no subitem 6.6 poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que devidamente justificado e aceito pelo(a) pregoeiro(a) ou de ofício, a critério do mesmo, quando constatado que o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo OU inferior ao desconto definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, considera-se indício de inexequibilidade das propostas os valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade prevista acima somente será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Erros no preenchimento da(s) planilha(s) não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo estas serem ajustadas pelo fornecedor, no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a), desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

6.9. Se a proposta apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às exigências do Edital e anexos.

## 7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista será verificada, através de consulta ao SICAF (nos níveis de cadastro I ao IV), conforme a documentação especificada neste item.

7.1.1. É responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

7.1.2. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante.

7.1.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, no prazo de **2 horas**, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) ou mediante solicitação formal do licitante.



7.1.4. A verificação de documentos de habilitação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

7.2. Documentação exigida para **habilitação jurídica, conforme o caso:**

7.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente.

7.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

7.2.4. **Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.3. Documentação exigida para **habilitação fiscal, social e trabalhista:**

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União- DAU, por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social).

7.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

7.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - CNDT.

7.3.5. Prova de inscrição no cadastro estadual de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.3.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do 7º da Constituição Federal prestada, eletronicamente, na fase de cadastramento da proposta.

7.4. No caso de participação de cooperativas, desde que atendidos os requisitos previstos no [art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#)), será exigida a seguinte documentação complementar:

7.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

7.4.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.4.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.4.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

7.4.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.4.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o

contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.4.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.5. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal. Caso o estabelecimento não seja cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste.

7.6. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP ou equiparadas, será assegurado o prazo de **5 dias úteis** para regularização da documentação, com a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação.

7.6.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado mediante requerimento do licitante, devidamente justificado, podendo ser concedido a critério deste Tribunal.

7.6.2. A não regularização da documentação nos prazos previstos acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9. Em caso de dúvida em relação à integridade de documento digital apresentado durante certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar o envio dos documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **3 dias úteis**, para endereço informado no **subitem 15.1** deste Edital.

7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou à inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, conforme o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.2. Qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, de forma imediata, em campo próprio do sistema, no prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a), que não poderá ser inferior a **10 minutos**, sob pena de preclusão.

8.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 dias úteis**, contado da data da intimação pelo sistema.

8.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões no prazo de **3 dias úteis**, contado da data da intimação pelo sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação através do e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

## 9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerrada as fases de julgamento de habilitação e de recurso, quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação da licitação, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

9.3. Preliminarmente à contratação, será verificado se o licitante encontra-se regular no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, conforme determinação do art. 6º na Lei nº 10.522/2002, alterada pela Lei nº 14.973/2024.

9.3.1. A irregularidade junto ao CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

9.3.2. Constatada a irregularidade, será concedido o prazo de **5 dias úteis** para a regularização dos débitos apontados no cadastro.

9.3.3. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificada e aceita pelo TRE-RJ.

## 10. DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Não se aplica a presente contratação.

## 11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação será formalizada por meio de Nota de Empenho. Este(s) documento(s) será(ão) encaminhado(s) para o e-mail do licitante e deverá ser assinado ou aceito no prazo de **3 dias úteis**, a contar da data do envio.

11.1.1. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificado, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo TRE-RJ.

11.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante o uso da certificação digital ICP-Brasil.

11.1.3. O não aceite da nota de empenho, no prazo acima, implica a desistência da contratação, ficando o licitante sujeito à aplicação das sanções previstas neste Edital.

11.1.4. Caso o licitante vencedor não aceite a nota de empenho no prazo estabelecido no **subitem 11.1**, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A Nota de Empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e vincula-se aos termos do Edital e da proposta vencedora.

11.3. Para fins de formalização ou prorrogação contratual, será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, se o licitante/contratado mantém as condições de participação e habilitação exigidas no edital, bem como a regularidade perante o CADIN.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. O licitante pode ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame.

12.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar a documentação complementar exigida com a proposta;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou aceitar instrumento equivalente ou a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. Fraudar a licitação.

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Para as infrações mencionadas no **subitem 12.1**, serão aplicáveis as seguintes sanções:

I - advertência, em caso de inexecução parcial do contrato e quando não se justificar sanção mais grave;

II – multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução, equivalente a 0,25%, por dia útil, sobre o valor contratado do item, não ultrapassando o limite de 10%;

III- multa administrativa, de 0,5 a 30% sobre o valor total do contrato;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de três anos, para as infrações dos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando, pela gravidade, a aplicação de multa for insuficiente;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de três a seis anos, exclusivamente para as infrações dos **subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8** e, não obstante, para as infrações dos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

12.3. A dilação de prazo, quando autorizada pelo setor solicitante, será considerada para a avaliação de eventual atraso, em observância ao princípio da boa-fé.

12.4. A multa administrativa pode ser aplicada de forma isolada ou cumulativa com as demais penalidades.

12.5. A apuração de infrações ocorrerá mediante processo administrativo instaurado pela autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

12.5.1. Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório.

12.5.2. Na aplicação de sanções, serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias atenuantes e agravantes (inclusive os antecedentes da contratada); os danos causados à administração; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. O procedimento que envolver possível aplicação de multa administrativa observará o seguinte:

12.6.1. Será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de sua intimação.

12.6.2.Caso não existam faturas próximas suficientes para garantir eventual penalidade pecuniária ou se a gravidade da infração assim justificar, o TRE-RJ poderá acautelar até 30% do valor da fatura, condicionando a liberação do valor retido à conclusão do apuratório.

12.7. O procedimento que envolver possível aplicação de impedimento e declaração de inidoneidade observará o seguinte:

12.7.1.Será conduzido por comissão composta de dois ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o fornecedor ou o contratado para, no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.7.2.Caso o pedido de produção de novas provas seja deferido ou juntadas provas consideradas indispensáveis pela comissão, o fornecedor ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 dias úteis** contado da intimação.

12.7.3.As provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas deverão ser indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada.

12.8.A aplicação de penalidades não obsta o desconto dos valores relativos às parcelas não executadas dos serviços nem exclui a obrigação de reparação integral do dano causado.

12.9.A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras.

12.10.Após regular processo administrativo, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, conforme o caso, no CNEP e/ou no CEIS, devendo a implementação das penalidades pecuniárias observar o seguinte:

12.10.1.A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrada administrativamente, estando a contratada sujeita a juros moratórios de 1% ao mês caso não realize o respectivo recolhimento no prazo de **5 dias úteis** a contar da intimação da decisão punitiva.

12.10.2.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.11.A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, na forma do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

12.12. A reabilitação do fornecedor ou contratado exigirá, cumulativamente, as seguintes condições, em consonância com o art. 163 da Lei nº 14.133/2021:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos acima.

12.12.1.A sanção pelas infrações previstas nos **subitens 12.1.4 e 12.1.8** exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12.13.Quando as circunstâncias do caso concreto e a baixa gravidade da infração e do dano justificarem, a aplicação de penalidade pode ser substituída por soluções consensuais ou de ajustamento de conduta, mediante intervenção da Assessoria Jurídica, em consonância com disposto nos art. 151 da Lei de Licitações e art. 26 da LINDB.

12.14. Nas contratações por meio do sistema de registro de preços, as infrações mencionadas no **subitem 12.1** também poderão ser aplicadas aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou solicitar esclarecimento, devendo encaminhar o pedido em até **3 dias úteis** antes da data da abertura do certame, exclusivamente, por meio do e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

13.2. O(A) Pregoeiro(a) decidirá sobre a impugnação ou o pedido de esclarecimento no prazo de até **3 dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no sistema Compras.gov.br e no Portal da Transparência do TRE-RJ e vincularão os participantes e a Administração.

13.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **30/03/2026**.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o prazo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A Assessoria Técnica de Licitação, localizada na Rua da Alfândega, nº 41, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.061-021, está disponível para atendimento ao público, em dias úteis, no horário de 11h00 a 19h00, através dos telefones: **(21) 3436-8155 / 8156 / 8157** ou e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanar ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

15.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

15.6. Os casos omissos e dúvidas suscitadas neste Pregão serão resolvidos com base nos princípios, na doutrina e na legislação em vigor.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.9. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro competente da Justiça Federal, na cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro.

-----  
-----  
**ANEXO I - TERMO REFERÊNCIA (DOC. 4928957)**  
**ANEXO III - QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS (DOC. 4935170)**  
**ANEXO IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (DOC. 4798799)**  
**SERÃO JUNTADOS AO EDITAL PUBLICADO.**  
-----  
-----

**ANEXO II - PROPOSTA PADRÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026**

**OBJETO:** Aquisição de material de hidráulica.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Marca/modelo ofertado:				
2	Marca/modelo ofertado:				
.....	Marca/modelo ofertado:				

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para fins de atendimento das Resoluções CNJ nº 07/2005 e nº 229/2016, que não constam no quadro societário desta empresa cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou

no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Estamos cientes que a vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização, bem como que a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 dias

**EMPRESA:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**NOME CONTATO:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

**DADOS BANCÁRIOS:**

**BANCO:**

**AGÊNCIA:**

**CONTA CORRENTE:**

Obs.1: Informar CNPJ da matriz ou da filial que executará o objeto, para fins de verificação da regularidade fiscal.

Obs.2: Os dados cadastrais e de contato da empresa deverão estar atualizados.

(Local ), de de .....

(assinatura)

REPRESENTANTE LEGAL

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2026

**REJANE LOPES DE OLIVEIRA**

**ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE LICITAÇÃO**

Documento assinado eletronicamente em 08/05/2026, às 14:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4981323** e o código CRC **07B57A66**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

COORDENADORIA DE ENGENHARIA

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

I - Objeto (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

1. 1 Aquisição de materiais de hidráulica, bens comuns, conforme especificações abaixo descritas:

Item	Material	Catmat	Unidade	Quantidade	Fabricante
1	<p><b>TORNEIRA PARA LAVATÓRIO DE MESA COM CICLO DE FECHAMENTO AUTOMÁTICO</b> <b>Descrição:</b> Torneira para lavatório modelo mesa, tipo bica baixa, com arejador embutido e fechamento automático. Bitola: 1/2" BSP. Classes pressão: 20 A 400KPA (Faixa completa). Corpo/Material: Latão com acabamento superfície cromado ou aço inox. Tempo fechamento: 4 a 10s. Atendimento às normas: ABNT NBR 13713 e ABNT NBR10283. <b>Aplicação:</b> Os materiais serão utilizados para redução do consumo d’água no uso privado, coletivo e ou público. <b>Qualidade do material:</b> O revestimento eletrolítico deve resistir a 144 horas quando submetido ao teste "salt spray" - câmara neutra e o equipamento deverá resistir a 200 mil ciclos abrir e fechar, com força acionamento de (50+/-5)N, pressão estática 400 KP e temperatura à (25+/-5)°C. As condições deverão ser comprovadas através de resultado de ensaio por amostragem conforme descrito na NBR 13713, realizado por entidade neutra. Teste de tipo: 1 - O fornecedor deverá entregar junto com o material, certificado garantia do fabricante ou o resultado do ensaio de lote, que comprove o atendimento a esta especificação e a Norma Brasileira vigente. 2 - O custo total desses ensaios correrá por conta do fornecedor. 3 - A não comprovação atendimento às exigências Norma Brasileira resultará na rejeição do material, obrigando o fornecedor a imediata reposição do material com resultado do novo ensaio.</p>	429936 - 4510	peça	41	Docol (linha Pressmaticc) ref 00446106 ou similar
2	<p><b>REGISTRO REGULADOR DE VAZÃO DE MESA</b> <b>Descrição:</b> Registro regulador de vazão para torneiras de mesa e misturadores de mesa, com possibilidade de regulagem de vazão em função da pressão local. Bitola: 1/2" BSP.classes pressão: 20 a 400 KPA (Faixa completa). <b>Corpo/Material:</b> latão com acabamento superficial cromado ou aço inox. Atendimento às normas: ABNT NBR 10283. <b>Aplicação:</b> Os materiais serão utilizados para redução do consumo de água no uso privado, coletivo e ou público. <b>Qualidade do material:</b> O revestimento eletrolítico deve resistir a 144 horas quando submetido ao teste de "salt-spray" - câmara neutra. As condições deverão ser comprovadas através de resultado de ensaio realizado por entidade neutra. Teste tipo: 1 - O fornecedor deverá entregar junto com o material, certificado de garantia fabricante ou resultado do ensaio de lote, que comprove o atendimento a esta especificação e a Norma Brasileira vigente. 2 - O custo total desses ensaios correrá por conta do fornecedor. 3 - A não</p>	313107 - 4820	peça	29	Docol ou similar

	comprovação de atendimento às exigências da Norma Brasileira vigente resultará na rejeição do material, obrigando o fornecedor a sua imediata reposição com resultado de novo ensaio.				
3	<b>TORNEIRA PARA LAVATÓRIO DE PAREDE DE BICA ALTA</b> <b>Descrição:</b> Torneira para lavatório modelo parede, tipo bica alta com arejador e altura da bica de 100 mm ou superior - entre a base e o arejador da torneira. Bitola: 1/2" BSP. Corpo / Material: Latão com acabamento superficial cromado ou aço inox. Atendimento às normas: ABNT NBR 10281 e ABNT NBR 10283. <b>Aplicação:</b> Os materiais serão utilizados para redução do consumo de água no uso privado, coletivo e ou público. <b>Qualidade do material:</b> O revestimento eletrolítico deve resistir a 144 horas quando submetido ao teste "salt spray" - câmara neutra e o equipamento deverá resistir a 200 mil ciclos de utilização. As condições deverão ser comprovadas através de resultado de ensaio realizado por entidade neutra. Teste de tipo: 1 - O Fornecedor deverá entregar junto com o material, certificado garantia do fabricante ou o resultado do ensaio de lote, que comprove o atendimento a esta especificação e a Norma Brasileira vigente. 2 - O custo total desses ensaios correrá por conta do Fornecedor. 3 - A não comprovação de atendimento às exigências da Norma Brasileira resultará na rejeição do lote de fornecimento, obrigando o Fornecedor a imediata reposição com resultado de novo ensaio.	381096 - 4510	peça	15	Docol ou similar
	<b>Grupo 1</b>				
4	<b>Parafuso para fixação de pia com as seguintes características:</b> · Corpo em latão; · Com porca de acabamento cromado; · Arruela de plástico branca; · Rosca parcial auto-atarraxante; · <b>Dimensões: bitola x comprimento = 7/32” x 75;</b> · Acompanhado de bucha de nylon S-8.	486107 - 5305	par	70	Jomarca ou similar
5	<b>Parafuso para fixação de vaso sanitário com as seguintes características:</b> · Corpo em latão; · Com porca de acabamento cromado; · Arruela de plástico branca; · Rosca parcial auto-atarraxante; · <b>Dimensões: bitola x comprimento = ¼” x 80;</b> · Acompanhado de bucha de nylon S-10.	486107 - 5305	par	30	Jomarca ou similar
6	<b>Pulverizador de compressão prévia para geração de espuma densa (Snow Foam).</b> Capacidade Total: 2 Litros. Material do Tanque: Polietileno de alta densidade (HDPE) com escala graduada. Vedações: Anéis de vedação em EPDM ou Viton (alta resistência a detergentes alcalinos e ácidos). Bico: Adaptado com feltros para geração de espuma; ângulo de leque ajustável.	473488 - 3740	peça	2	Vonixx ou similar
7	<b>Bisnaga fixa cuba</b> Temperatura de aplicação: + 5 a 45°C Temperatura de trabalho: - 50 à 200°C Embalagem: 380g/280ml	631305 - 8110	peça	10	Tek bond ou similar
8	<b>Vedante</b> tipo anel de borracha de <b>100 mm.</b>	329854 - 4510	peça	20	Tigre e Amanco (Mexichem)
9	<b>Sifão plástico</b> flexível padrão universal.	441316 - 4510	peça	20	Tigre ou similar
10	<b>Engate hidráulico (rabicho),</b> flexível em <b>PVC</b> , bitola de <b>1/2"</b> , comprimento de <b>30 cm</b> , para instalações prediais de água fria.	397063 - 4510	peça	13	Tigre ou Amanco

11	<b>Engate hidráulico (rabicho)</b> , flexível em <b>PVC</b> , bitola de <b>1/2"</b> , comprimento de <b>40 cm</b> , para instalações prediais de água fria.	397067 - 4510	peça	54	Tigre ou Amanco
	<b>Grupo 2</b>				
12	<b>Assento sanitário oval</b> (tampa para vaso), com tampa convencional em plástico de alta resistência (polietileno), acompanhado de acessórios de fixação, na cor branca.	382123 - 4510	peça	71	Tigre ou similar
13	<b>Assento para bacia sanitária acessível</b> de acordo com a NBR 9050, sem abertura frontal, em resina poliester, na cor branca.	258317 - 4510	peça	10	Sem referência
	<b>Grupo 3</b>				
14	<b>Caixa de descarga suspensa, externa</b> , em material plástico, com volume de descarga de 6 a 9 litros por descarga, na cor branca ou cinza, completa com engate, peças de fixação, bóia, corda e válvula.	374606 - 4510	peça	10	Astra ou similar
15	<b>Reparo da descarga</b> <b>Liga de Cobre, Plásticos de Engenharia, Elastômeros e Aço Inoxidável</b> Válvula de 1.1/4: Alta pressão (6 a 40 m.c.a.); Válvula de 1.1/2: Baixa pressão (2 a 10 m.c.a.)	321547 - 4510	peça	50	Fabrimar Modelo CPD 6136
16	<b>Reparo de descarga</b> Bitola: 40 mm (alta pressão) Com regulagem automática Aço inoxidável, elastômeros, papel abrasivo e plástico de engenharia	321477 - 4510	peça	2	Censi Ref. 1060
17	<b>Cilindro para mictório biopress</b>	601520 - 4510	peça	50	Fabrimar Ref. 4876
18	<b>Botão acionador descarga</b> Cor: preta	253475 - 4510	peça	50	Fabrimar Ref. 6133
19	Mecanismo completo para caixa de descarga acoplada <b>Universal</b> com: conjunto de fixação, entrada d'água, válvula de saída, botão, corrente, bolsa de vedação e bóia. <b>Acionamento lateral embutido cromado.</b>	483893 - 4510	Conjunto	10	Astra ou similar
20	Mecanismo completo para caixa de descarga acoplada <b>Universal</b> com: conjunto de fixação, entrada d'água, válvula de saída, botão, <b>corrente, bolsa de vedação e bóia. Acionamento superior externo cromado.</b>	483893 - 4510	Conjunto	10	Astra ou similar
	<b>Grupo 4</b>				
21	<b>Registro de Gaveta (com acabamento) diâmetro de Ø ¾"</b> , com base (corpo) com guias para cunha e castelo confeccionados em metal fundido, cruzeta fixada com parafuso e acabamento com botão, prensa canopla e canopla em metal com acabamento cromado, mecanismo de vedação com haste confeccionada em metal e kit de vedação para utilização em instalações hidráulicas prediais de água fria e quente.	233450 - 4820	peça	3	Docol ou similar
22	<b>Registro de esfera</b> de PVC de <b>40mm</b> , soldável para uso externo.	257169 - 4820	peça	15	Tigre ou Amanco



23	<b>Registro de esfera</b> de PVC de <b>50mm</b> , soldável para uso externo.	257681 - 4820	peça	11	Tigre ou similar
	<b>Grupo 5</b>				
24	<b>Abraçadeira de pressão com click, marron</b> , para tubo soldável de diâmetro de <b>20mm</b> .	354293 - 5325	peça	10	Inpol ou similar
25	<b>Fita “veda-roscas”</b> para vedação de roscas em tubulações de líquidos e gases em geral, composta 100 % por PTFE (PoliTetraFluorEtileno), fornecida em rolo contendo <b>18 mm X 50 m</b> , acondicionado em caixa de papelão que deverá conter impressos logotipo, nome e dados do fabricante, aplicação, lote, data de fabricação e ou prazo de validade, dimensões e código de barras.	389383 - 5330	rolo	124	Tigre ou Amanco
26	<b>Torneira de bóia mecânica</b> , com sede e haste em metal anticorrosivo, diâmetro de <b>3/4” para caixa d’água</b> .	233179 - 4510	peça	5	Tigre ou Amanco
27	<b>Anel de vedação</b> . Massa à base de borracha sintética, para uso exclusivo em bacias sanitárias. Desenvolvido para eliminação de vazamentos e também odores de esgoto.	483558 - 5330	peça	30	Tigre ou Amanco
	<b>Grupo 6</b>				
28	<b>Caixas-d'água</b> de alta qualidade que atenda as normas da ABNT, feitas em polietileno, com superfícies lisas que facilitam a limpeza, <b>modelos de 500 litros</b> , com sistema de encaixe das tampas que dispensa acessórios como porcas e parafusos.	290081 - 5670	peça	3	Tigre ou similar
29	<b>Caixas-d'água</b> de alta qualidade que atenda as normas da ABNT, feitas em polietileno, com superfícies internas lisas que facilitam a limpeza. <b>Capacidade de 1.000 litros</b> , com sistema de encaixe das tampas que dispensa acessórios como porcas e parafusos.	290110 - 5670	peça	5	Tigre ou similar
30	<b>Caixa d’água (tanque de água) de 5.000 litros</b> de polietileno de alta resistência com proteção contra raios ultravioleta; com tampa roscável que não precisa de acessórios, como porcas e parafusos; Produto de fácil instalação e limpeza.	353858 - 5670	peça	1	Tigre ou similar
	<b>Grupo 7</b>				
31	<b>Lavadora para limpeza de ar condicionado, tipo autoaspirante (sucção direta)</b> , pressão de trabalho 60-100 PSI (não danifica aletas), vazão 4 L/min, tensão 220V. Inclui mangueira de sucção, mangueira de saída com gatilho e bico regulável. Deve operar na faixa de 60 a 120 PSI (4 a 8 bar). A pressão de pico não deve exceder 150 PSI para evitar o "penteamento" (dobra) das aletas de alumínio. Referência: EOS PCW-4S	393514 - 4940	peça	2	EOS ou similar
32	<b>Bolsa coletora para limpeza de ar condicionado Split Hi-Wall no local</b> . Compatibilidade: Atende unidades de 7.000 a 30.000 BTU/h. Material: Confeccionado em lona de PVC de alta resistência, impermeável, com reforço de poliéster e acabamento sem costuras (solda eletrônica) para evitar vazamentos. Estrutura: Ilhoses de alumínio (anti-oxidação) e cordas de fixação em nylon com reguladores de pressão. Drenagem: Bocal de saída de água centralizado com engate para mangueira de 1/2" ou 3/4". Dimensões aproximadas: Abertura frontal mínima de 1,20m a 1,50m para cobertura	611659 - 4130	peça	2	Gbmak ou similar

	total da unidade. Resistência a produtos químicos ácidos e alcalinos utilizados na refrigeração.				
33	<b>Bolsa coletora profissional para limpeza de evaporadoras Piso Teto.</b> Capacidade de Atendimento: Unidades de 18.000 a 60.000 BTUs. Material: Lona de PVC de alta densidade (mínimo 0,40mm), vulcanizada eletronicamente (sem costuras), 100% impermeável. Estrutura de Fixação: Sistema reforçado com ganchos metálicos de alta resistência, elásticos industriais e cordas para ajuste de tensão. Drenagem: Conexão de saída (dreno) centralizada com engate rápido para mangueira de descarte de 1/2" ou 3/4". Resistência Química: Material compatível com detergentes alcalinos e ácidos biodegradáveis de uso em refrigeração.	611659 - 4130	peça	2	Gbmak ou similar
34	<b>Conjunto de ferramentas manuais de alto impacto para manutenção pesada.</b> Composição: 26 peças, incluindo soquetes sextavados/estriados (21 a 65mm), catraca reversível, cabo T, extensões e junta universal. Encaixe: Quadrado de 3/4". Material: Aço Cromo-Vanádio (Cr-V) com acabamento polido e tratamento térmico de dureza conforme normas ISO. Proteção: Acabamento cromado resistente à corrosão por agentes químicos e óleos. Acondicionamento: Estojo metálico reforçado ou maleta de polietileno de alta densidade com berços organizadores.	441808 - 5120	peça	2	MTX ou similar
	<b>Grupo 8</b>				
35	<b>Adaptador</b> em PVC <b>soldável marrom</b> com bolsa e rosca externa , de <b>20mm x ½”</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	248726 - 4730	peça	15	Tigre, Amanco (Mexichem)
36	<b>Adaptador</b> em PVC <b>soldável marrom</b> com bolsa e rosca externa , de <b>25mm x ¾”</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	248727 - 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
37	<b>Adaptador</b> em PVC <b>soldável marrom</b> com bolsa e rosca externa, de <b>32mm x 1”</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	373954 - 4730	peça	22	Tigre, Amanco (Mexichem)
38	<b>Adaptador</b> em PVC <b>roscável</b> , com flanges e anel de vedação, <b>branco</b> , para <b>caixa d’água de ¾”</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	373912 - 4730	peça	5	Tigre, Amanco (Mexichem)
39	<b>Bucha</b> de redução em PVC <b>roscável, branca</b> de <b>1” x ¾”</b> .	242325 - 4730	peça	20	Tigre, Amanco (Mexichem)
40	<b>Bucha</b> de redução em PVC <b>soldável</b> curta de <b>25mm x 20mm, marrom</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	242808 - 4730	peça	20	Tigre, Amanco (Mexichem)
41	<b>Cap</b> em PVC <b>roscável, branco</b> de <b>½”</b> .	234326 - 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
42	<b>Cap soldável</b> em PVC <b>marrom</b> de <b>25mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	376585 - 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
43	<b>Curva</b> de 90° em PVC <b>roscável, branco</b> de <b>½”</b> pol.	243136 - 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
44	<b>Curva</b> de 45° <b>soldável</b> em PVC <b>marrom</b> de <b>32mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	247901 - 4730	peça	11	Tigre, Amanco (Mexichem)
45	<b>Joelho</b> de 90° em PVC <b>roscável, branco</b> de <b>½”</b> .	262458 - 4730	peça	5	Tigre, Amanco (Mexichem)

46	<b>Joelho de 90° em PVC roscável, branco de ¾”.</b>	318516 - 4730	peça	5	Tigre, Amanco (Mexichem)
47	<b>Joelho de 90° em PVC roscável, branco de 1”.</b>	318518 - 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
48	<b>Joelho de 45° soldável em PVC marrom de 32mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	236705 - 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
49	<b>Joelho de 45° soldável em PVC marrom de 40mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	240481 - 4730	peça	11	Tigre, Amanco (Mexichem)
50	<b>Joelho de 45° soldável em PVC marrom de 50mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	236706 - 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
51	<b>Joelho de 90°</b> com rosca e bucha de latão, azul em PVC roscável, <b>de ¾”.</b>	318516 - 4730	peça	40	Tigre, Amanco (Mexichem)
52	<b>Joelho de 90°</b> soldável em PVC, marrom de 20mm.	240418 - 4730	peça	80	Tigre, Amanco (Mexichem)
53	<b>Joelho de 90°</b> soldável em PVC, marrom de 25mm.	240422 - 4730	peça	51	Tigre, Amanco (Mexichem)
54	<b>Luva em PVC roscável, branca de 1”.</b>	242602 - 4730	peça	20	Tigre, Amanco (Mexichem)
55	<b>Luva de redução soldável em PVC marrom de 25mm x 20mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	455126 - 4730	peça	11	Tigre, Amanco (Mexichem)
56	<b>Luva soldável em PVC marrom de 20mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	462556 - 4730	peça	31	Tigre, Amanco (Mexichem)
57	<b>Luva soldável em PVC marrom de 25mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	462558 - 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
58	<b>Luva soldável em PVC marrom de 32mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	462560 - 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
59	<b>Luva soldável em PVC marrom de 50mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	462562 - 4730	peça	15	Tigre, Amanco (Mexichem)
60	<b>Niple em PVC roscável, branco de ½”.</b>	214168 - 4730	peça	21	Tigre, Amanco (Mexichem)
61	<b>Niple em PVC roscável, branco de ¾”.</b>	214169 - 4730	peça	31	Tigre, Amanco (Mexichem)
62	<b>Niple em PVC roscável, branco de 1”.</b>	214170 - 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
63	<b>Plug em PVC roscável, branco de ½”.</b>	239035 - 4730	peça	21	Tigre, Amanco (Mexichem)
64	<b>Plug em PVC roscável, branco de 3/4”.</b>	239036 - 4730	peça	20	Tigre, Amanco (Mexichem)
65	<b>Tê de 90° em PVC roscável, branco de ¾”.</b>	253291 - 4730	peça	11	Tigre, Amanco (Mexichem)
66	<b>Tê de 90° soldável em PVC marrom de 32mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	333579 - 4730	peça	37	Tigre, Amanco (Mexichem)

67	<b>Tê de 90° soldável</b> em PVC <b>marrom</b> de <b>50mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	333578 4730	peça	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
68	<b>União</b> em PVC roscável, branca de ¾” pol.	251022 - 4730	peça	21	Tigre, Amanco (Mexichem)
69	<b>União soldável</b> em PVC <b>marrom</b> de <b>50mm</b> , com a logomarca impressa em alto relevo.	270375 - 4730	peça	6	Tigre, Amanco (Mexichem)
	<b>Grupo 9</b>				
70	<b>Tubo em PVC roscável branco</b> com 6 metros conforme norma (ABNT NBR 5648) no diâmetro de ½” polegada, com a logomarca impressa no tubo.	339646 - 4710	tubo com 6 metros	10	Tigre, Amanco (Mexichem)
71	<b>Tubo em PVC roscável branco</b> com 6 metros conforme norma (ABNT NBR 5648) no diâmetro de ¾” de polegada, com a logomarca impressa no tubo.	341653 -4710	tubo com 6 metros	6	Tigre, Amanco (Mexichem)
72	<b>Tubo de PVC soldável marrom</b> com 6 metros conforme norma (ABNT NBR 5648) no diâmetro <b>32mm</b> com logomarca impressa no tubo.	214732 - 4710	tubo com 6 metros	16	Tigre, Amanco (Mexichem)
73	<b>Tubo de PVC soldável marrom</b> com 6 metros conforme norma (ABNT NBR 5648) no diâmetro <b>60mm</b> com logomarca impressa no tubo.	214735 - 4710	tubo com 6 metros	5	Tigre, Amanco (Mexichem)
	<b>Grupo 10</b>				
74	<b>Cap</b> em PVC soldável de <b>150 mm</b> para esgoto com logomarca impressa em alto-relevo.	252545 - 4730	peça	5	Tigre e Amanco (Mexichem)
75	<b>Curva 90º</b> curta em PVC soldável de <b>40 mm</b> para esgoto com logomarca impressa em alto-relevo.	236993 - 4730	peça	20	Tigre e Amanco (Mexichem)
76	<b>Joelho 45º</b> em PVC soldável de <b>50 mm</b> para esgoto com logomarca impressa em alto-relevo.	236706 - 4730	peça	20	Tigre e Amanco (Mexichem)
77	<b>Joelho 90º</b> em PVC soldável de <b>40 mm</b> para esgoto com logomarca impressa em alto-relevo.	233982 - 4730	peça	20	Tigre e Amanco (Mexichem)
78	<b>Joelho 90º</b> em PVC soldável de <b>50 mm</b> para esgoto com logomarca impressa em alto-relevo.	233983 - 4730	peça	20	Tigre e Amanco (Mexichem)
79	<b>Luva</b> simples em PVC soldável de <b>50 mm.</b> para esgoto com logomarca impressa em alto-relevo.	381146 - 4730	peça	10	Tigre e Amanco (Mexichem)
80	<b>Tubo</b> em PVC soldável de <b>40 mm</b> para esgoto com ponta bolsa e virola, 6 metros de comprimento, com a logomarca e norma (ABNT NBR5688) impressa no tubo.	233970 - 4710	peça	11	Tigre e Amanco (Mexichem)
81	<b>Tubo</b> em PVC soldável de <b>50 mm.</b> para esgoto com ponta bolsa e virola, 6 metros de comprimento, com a logomarca e norma (ABNT NBR5688) impressa no tubo.	233971 - 4710	peça	6	Tigre e Amanco (Mexichem)

1.2 Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas;

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº 30, de 20 de junho de 2022, da Presidência do TRE/RJ.

**II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

**2.1** A fundamentação da contratação encontra-se no ETP (id [4798799](#)) aprovado pelo Secretário de Manutenção e Serviços Gerais em substituição, Carlos José de Paiva Junior em 11/02/2026 (id [4814659](#)).

**2.2** A Equipe de Planejamento da presente contratação não identificou riscos além daqueles já listados no macroprocesso de contratações e por esse motivo não elaborou o documento referente ao gerenciamento de riscos.

**III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)

**3.1** A descrição da solução consta no tópico I deste Termo de Referência.

**IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)

**4.1** Esta contratação deverá seguir, no que couber, as normas técnicas Brasileiras da ABNT e/ou legislação específica, detalhados, caso necessário, neste Termo de Referência. Verificar na coluna "material/especificação" os detalhamentos de cada item, quando for o caso.

**4.2** Obrigações da contratada:

**4.2.1** Executar o objeto conforme as determinações previstas neste Termo de Referência;

**4.2.2** Trocar, às suas expensas, o material que for recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo, que somente ocorrerá após o aceite definitivo;

**4.2.3** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto fornecido com defeito, vícios ou incorreções;

**4.2.4** Informar, no momento de envio da proposta, endereço eletrônico e contato telefônico para comunicação com o TRE-RJ, sendo de sua responsabilidade mantê-los atualizados durante toda a fase de execução da contratação;

**4.2.5** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas;

**4.2.6** Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

**4.2.7** Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;

**4.2.8.** Orientar e treinar, quando for o caso, seus empregados sobre as disposições legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, dando-lhes conhecimento formal das cláusulas, condições e obrigações relacionadas à Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, inclusive no tocante à Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Justiça Eleitoral, instituída pela Resolução TSE nº 23.650/2021;

**4.2.9** Autorizar à Contratante o acesso aos dados pessoais dos representantes da Contratada, para formalização e execução do objeto do contrato, tais como: nome, número do CPF, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, em atendimento ao disposto na LGPD e na Resolução TSE nº 23.650/2021;

**4.2.10.** Indicar representante para assuntos relacionados à LGPD, sempre que solicitado pelo TRE-RJ, que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato, observada a necessária apresentação de termo de compromisso e responsabilidade pelo acesso aos dados;

**4.2.11.** Prestar, no prazo fixado pela contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, comprometendo-se, ainda, quando necessário e dentro das limitações pertinentes ao objeto do contrato, a auxiliar a contratante em relação à requisição dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da LGPD, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados.

**4.2.12.** Assegurar que os subcontratados estejam vinculados por obrigações de confidencialidade, segurança e privacidade de dados, conforme estabelecido neste termo de referência, na hipótese de a contratação permitir a subcontratação.

**4.2.13.** Pela assinatura do contrato, a contratada fica ciente de que qualquer violação às disposições da LGPD é considerada uma violação do instrumento contratual pactuado pelas partes, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

**4.2.14.** Fica ciente, ainda, de que os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada, obtidos em razão da execução contratual, poderão ser divulgados pela contratante, com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

**4.3.** Das obrigações do contratante:

**4.3.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado.

**4.3.2.** Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**4.3.3.** Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja sanado o problema.

**4.3.4.** Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência.

**4.3.5.** Tratar os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada para viabilizar o acesso às instalações físicas do Tribunal, a gestão contratual através de sistema de informação e o cumprimento do dever legal de fiscalização da execução do contrato.

**4.4.** Das obrigações comuns às partes:

**4.4.1.** As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**4.4.2.** A contratante figura na qualidade de (controladora) de dados enquanto a contratada é definida como (operadora) de dados.

**4.4.3.** A contratante e a contratada serão consideradas controladoras conjuntas quando eventualmente houver uma participação conjunta na determinação das finalidades e meios de tratamento dos dados pessoais.

**4.4.4.** As partes comprometem-se a:

**a)** realizar o tratamento dos dados pessoais pautado pela boa-fé e pelos princípios previstos no art. 6º da LGPD, em especial os da finalidade adequação, necessidade, transparência e livre acesso, em compatibilidade com o objeto contratado;

**b)** manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo para viabilizar o cumprimento do Aviso de Dispensa/Edital, do instrumento contratual ou documento equivalente, bem como as decorrentes de obrigações legais e determinação judicial;

**c)** manter registros precisos e atualizados das atividades de tratamento e compartilhamento de dados pessoais, incluindo o acesso e a utilização dessas informações, para fins de auditoria e prestação de contas;

**d)** obter e apresentar à outra, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos termos de ciência ou consentimento, quando for o caso, dos titulares para o tratamento dos dados pessoais dos quais forem controladoras, bem como os respectivos termos de compromisso e responsabilidade pelo acesso e tratamento de dados realizados por seus servidores, colaboradores, prepostos, prestadores de serviço, contratados terceirizados ou autônomos, sócios ou diretores a elas vinculados;

**e)** implementar todas as medidas técnicas e organizacionais cabíveis para prover um nível de segurança adequado frente aos riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato, dentre elas o armazenamento dos dados tratados em banco de dados seguro, no território nacional e com acesso restrito;

**f)** comunicar, em até 24 horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD; e

**g)** eliminar os dados pessoais que venham a ter acesso, após a satisfação da finalidade respectiva, encerramento do tratamento por decurso de prazo ou pelo término da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

**4.4.5.** A contratante poderá realizar auditorias nos processos da contratada para verificar a conformidade do tratamento dos dados pessoais pertinentes ao objeto do referido contrato, conforme determinado pela LGPD e pela Resolução TSE nº 23.650/2021.

**4.4.6.** As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

**V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

**5.1** As aquisições serão formalizadas através da emissão de nota de empenho, cujo recebimento deverá ser acusado no prazo de 3 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.;

**5.1.1** Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

**5.2 Prazo de entrega do material:**

**5.2.1** Para todos os itens a entrega deverá ser realizada no prazo de até 30 dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

**5.2.2** Enquanto não expirado o prazo de entrega, a contratada poderá substituir reparar ou corrigir, às suas expensas, os produtos com defeitos, vícios ou incorreções, recusados pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerar-se-á suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa. A suspensão só poderá ocorrer uma única vez;

**5.2.3** Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega, motivada por fato excepcional e estranho à vontade da contratada, somente será passível de apreciação caso remetida a este Tribunal ainda na vigência do prazo original de entrega, devidamente fundamentada, para o e-mail [compras@tre-rj.jus.br](mailto:compras@tre-rj.jus.br), ressaltando-se que a confirmação de recebimento da solicitação não garante a dilação pleiteada, uma vez que a autorização da prorrogação fica a critério deste Tribunal.

**5.2.4.** A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material solicitado, sob pena das sanções legais cabíveis;

**5.3 Local de entrega:**

**5.3.1.1** Os itens 1 a 30 e 35 a 81 serão entregues na Seção de Almoxarifado – SEALMO, na Av. Brasil 2.540, Benfica, Rio de Janeiro – RJ, no horário das 9h00 às 16h00. Telefones: (21) 2580-2690 / (21) 2589-7784. OBS.: Localizada na subida do viaduto de Benfica, após a passarela 4 da Avenida Brasil, sentido à Zona Oeste;

**5.3.1.2** Os itens 31 ao 34 serão entregues na Seção de Patrimônio – SEPATR, na Av. Brasil 2.540, Benfica, Rio de Janeiro – RJ, no horário das 9h00 às 16h00. Telefones: (21) 2589-0323 / (21) 2589-5411. OBS.: Localizada na subida do viaduto de Benfica, após a passarela 4 da Avenida Brasil, sentido à Zona Oeste;

**5.4 Embalagem:** o material deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor. Verificar na coluna "descrição/especificação" as particularidades da embalagem de cada item, se for o caso.

**5.5 Validade:** Os materiais que por sua natureza dependam do prazo de validade do fabricante, somente serão aceitos por este Tribunal se, a contar da data de entrega na Seção de Almoxarifado do TRE/RJ, todos itens apresentarem validade mínima de ¾ (três quartos) do prazo total instituído por seu fabricante. As datas de fabricação e validade deverão vir gravadas na embalagem do produto ou com etiqueta do próprio fabricante. Não serão aceitas etiquetas com data de fabricação e validade que não sejam do próprio fabricante.

**5.6** Os materiais deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor;

**5.6.1** Os materiais deverão, ainda, conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações.

**5.7 Garantia**

**5.7.1** Para os itens 1 ao 3, 32 e 33 será exigida garantia mínima de 12 meses, prestada pelo fabricante, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento do material, devendo os itens virem com os respectivos manuais e certificados de garantia.

**5.7.2** Para os itens 31 e 34 será exigida garantia mínima de 3 meses, prestada pelo fabricante, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento do material, devendo os itens virem com os respectivos manuais e certificados de garantia.

**VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “f”, da Lei 14.133/2021)



- 6.1** Os agentes da administração que atuarão da gestão do contrato estão discriminados no item 7.2 deste Termo de Referência;
- 6.2** A comunicação entre os agentes do TRE-RJ e o representante da contratada será realizada, preferencialmente, através de mensagens eletrônicas;
- 6.3** Diante das especificidades do presente objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação não identificou situações específicas, que ensejam aplicação de multa, além daquelas situações ordinárias (atraso na entrega e inexecução), que serão descritas no futuro edital de licitação;

**VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

**7.1** Por se tratar de aquisição de material com entrega imediata e total, não haverá medição para o pagamento;

**7.2** O processo de liquidação e pagamento seguirá as seguintes etapas e prazos:

Etapa	Procedimento de fiscalização	Prazo	Responsável
Recebimento provisório	Conferência da conformidade dos quantitativos entregues em relação à descrição constante na nota de empenho e na nota fiscal	Até 2 dias úteis a contar da entrega total do material	Sealmo: itens 1 ao 30 e 35 ao 81  Sepatr: itens 31 ao 34
Recebimento definitivo	Conferência da conformidade das características do material em relação as especificações descritas no Termo de Referência	Até 5 dias úteis a contar da emissão do relatório de recebimento provisório	Comissão Permanente de Recebimento de Materiais de Manutenção Predial, Máquinas e Ferramentas
Atesto da nota fiscal	Conferência da conformidade do documento fiscal	Até 1 dia útil a contar da emissão do relatório de recebimento definitivo	Comissão Permanente de Recebimento de Materiais de Manutenção Predial, Máquinas e Ferramentas
Pagamento	Verificação da regularidade fiscal da contratada e demais condições de habilitação	Até 10 dias úteis a contar do atesto da nota fiscal	Secretaria de Orçamento e Finanças

**7.3 Informações adicionais:**

- 7.3.1** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada;
- 7.3.2** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 7.3.3** Em caso de erro na nota fiscal, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido acima retornará à contagem inicial;
- 7.3.4** Caso a nota fiscal apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de 3 dias úteis, a contar da comunicação deste Tribunal;
- 7.3.5** No caso de pessoa física, o valor referente ao percentual de 20% do valor da proposta a título de contribuição patronal à Seguridade Social será recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme dispõe a IN SEGES/ME nº 116, de 21/12/2021;
- 7.3.6** Quando o contratado for optante pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para que não sofra a retenção de tributos, a nota fiscal deverá vir acompanhada da declaração de Optante pelo Simples, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB 1.234/2012 com a redação dada pela IN RFB 1.244/12;
- 7.3.7** Os prazos serão interrompidos sempre que se façam necessários a solução de pendências na execução do objeto, identificadas em qualquer etapa da liquidação da despesa ou do saneamento na inconsistência do documento fiscal apresentado pela contratada;
- 7.3.8** Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos;
- 7.3.9** No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

**VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço, para os itens e para os grupos, nos termos da Lei 14.133/2021;

**8.2. Critérios de seleção do fornecedor**

**8.2.1** O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos:

**8.2.1.1** Folder, catálogo ou documentos do fabricante ou a indicação de página da internet, que contenham informações suficientes para comprovar a adequação do produto às exigências do Termo de Referência;

**8.2.1.2** A exigência acima poderá ser dispensada, a critério do pregoeiro, quando a marca e o modelo ofertados forem os mesmos indicados como referência neste TR ou nos casos em que for possível a verificação das características por outros meios;

**8.2.2** Para os itens 1 ao 5, 8 ao 12, 14, 16, 19 ao 23, 25 ao 30 e 35 ao 81, o licitante deverá apresentar Certificado de Regularidade do IBAMA do fabricante ou o seu número de inscrição no CNPJ, a fim de se verificar junto a esse órgão se o fabricante possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na validade – de acordo com o art.17 inc. I e II da Lei Federal 6938/1981, bem como instrução normativa nº 13, de agosto de 2021 do IBAMA. **Não serão aceitos certificados na área de comércio ou representação comercial;**

**8.2.2.1** Os itens 1 ao 5, 16 e 21 deverão apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 3 (Indústria Metalúrgica) ou na Categoria 4 (Indústria mecânica);

**8.2.2.2** Os itens 8 ao 12, 14, 19, 20, 22 ao 23, 25 ao 27 e 35 ao 81 deverão apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 12 (Indústria de Produtos de Matéria Plástica);

**8.2.2.3** Os itens 28 ao 30 deverão apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 2 (Indústria de Produtos de Minerais não Metálicos).

**8.2.3** Para os itens 15, 16, 17 e 18, as marcas e/ou códigos do fabricante solicitados não podem ser substituídos por similares de outras marcas pois destinam-se à reposição e, por tal razão, trabalharão em conjunto com outros componentes. A reposição por material de outra marca/modelo não garante o funcionamento do conjunto onde haverá a reposição.

**IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)

**9.1 Unidade Gestora Responsável**

Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais (SSG)

**9.2 Ação Orçamentária**

Itens 1 ao 30 e 35 ao 81: Pleitos Eleitorais

Itens 31 ao 34: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitorais

**9.3 Código do Item Orçamentário**

SSG 059

**9.4 Classe de materiais**

4510- itens 1, 3, 8 ao 20 e 26;

4820- itens 2, 21 ao 23;

5305- itens 4 e 5;

3740- item 6;

8110- item 7;

5325- item 24;

5330- itens 25 e 27;

5670- itens 28 ao 30;

4940- item 31;

4130- itens 32 e 33;

8010- item 34;

4730- itens 35 ao 69 e 74 ao 79;

4710- itens 70 ao 73, 80 e 81.

**9.5 Valor estimado da despesa**


O valor estimado da despesa constará de documento anexo a este Termo de Referência.

**X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**


Não se aplica restrição de acesso ao orçamento da contratação.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2026

MARCELO FERNANDES SOARES LEITE  
TÉCNICO JUDICIÁRIO

 Documento assinado eletronicamente em 08/04/2026, às 16:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

PAULO EDUARDO TRINDADE FEIJO  
ANALISTA JUDICIÁRIO

 Documento assinado eletronicamente em 08/04/2026, às 17:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RENEE ROCHA FIUSA

CHEFE DA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS



Documento assinado eletronicamente em 09/04/2026, às 07:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MARCIO DIAS RODRIGUES  
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 09/04/2026, às 15:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4928957** e o código CRC **25094BA9**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

Criado por [marcelo.leite](#), versão 3 por [marcelo.leite](#) em 08/04/2026 15:52:52.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**  
**COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)**  
**SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)**

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000042630-0					OBJETO:	Aquisição de materiais de hidráulica						R\$ 77.465,42
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Preço Público	Preço 05 TRE-RJ Pregão 90028/25	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total
1	41	peça	Torneira para lavatório de mesa	R\$ 280,93	R\$ 275,49	R\$ 251,00	R\$ 149,98	R\$ 163,00	R\$ 224,08	R\$ 62,89	R\$ 286,97	R\$ 224,08	R\$ 62,89	28,07%	R\$ 224,08 (Média)	R\$ 9.187,28
2	29	peça	Registro regulador de vazão de mesa	R\$ 194,43	R\$ 181,80	R\$ 155,67	-	-	R\$ 177,30	R\$ 19,77	R\$ 197,07	R\$ 177,30	R\$ 19,77	11,15%	R\$ 177,30 (Média)	R\$ 5.141,70
3	15	peça	Torneira para lavatório de parede de bica alta	R\$ 220,90 (Descartado)	R\$ 167,11	R\$ 134,90	-	R\$ 65,00	R\$ 146,98	R\$ 65,16	R\$ 212,14	R\$ 122,34	R\$ 52,20	42,67%	R\$ 122,34 (Média)	R\$ 1.835,10
GRUPO 1																R\$ 2.891,38
4	70	par	Parafuso para fixação de pia	R\$ 10,37	R\$ 8,90	R\$ 7,00	-	-	R\$ 8,76	R\$ 1,69	R\$ 10,45	R\$ 8,76	R\$ 1,69	19,29%	R\$ 8,76 (Média)	R\$ 613,20
5	30	par	Parafuso para fixação de vaso sanitário	R\$ 24,90 (Descartado)	R\$ 20,55	R\$ 10,90	-	R\$ 5,06	R\$ 15,35	R\$ 9,02	R\$ 24,37	R\$ 12,17	R\$ 7,82	64,26%	R\$ 10,90 (Mediana)	R\$ 327,00
6	2	peça	Pulverizador de compressão	R\$ 199,90	R\$ 193,90	R\$ 167,00	-	-	R\$ 186,93	R\$ 17,52	R\$ 204,45	R\$ 186,93	R\$ 17,52	9,37%	R\$ 186,93 (Média)	R\$ 373,86
7	10	peça	Bisnaga fixa cuba	R\$ 80,90 (Descartado)	R\$ 63,49	R\$ 51,90	-	-	R\$ 65,43	R\$ 14,60	R\$ 80,03	R\$ 57,70	R\$ 8,20	14,21%	R\$ 57,70 (Média)	R\$ 577,00
8	20	peça	Vedante tipo anel de borracha de 100 mm.	R\$ 9,00 (Descartado)	R\$ 5,90	R\$ 5,31	-	-	R\$ 6,74	R\$ 1,98	R\$ 8,72	R\$ 5,61	R\$ 0,42	7,49%	R\$ 5,61 (Média)	R\$ 112,20
9	20	peça	Sifão plástico flexível padrão universal.	R\$ 19,08 (Descartado)	R\$ 17,36	R\$ 10,51	R\$ 14,24	R\$ 4,87	R\$ 13,21	R\$ 5,69	R\$ 18,90	R\$ 11,75	R\$ 5,37	45,70%	R\$ 11,75 (Média)	R\$ 235,00
10	13	peça	Engate hidráulico (rabicho), flexível em PVC, bitola de 1/2", comprimento de 30 cm,	R\$ 13,76 (Descartado)	R\$ 9,90	R\$ 8,50	-	-	R\$ 10,72	R\$ 2,72	R\$ 13,44	R\$ 9,20	R\$ 0,99	10,76%	R\$ 9,20 (Média)	R\$ 119,60
11	54	peça	Engate hidráulico (rabicho), flexível em PVC, bitola de 1/2", comprimento de 40 cm	R\$ 30,00 (Descartado)	R\$ 14,90	R\$ 10,37	-	R\$ 4,36	R\$ 14,91	R\$ 10,95	R\$ 25,86	R\$ 9,88	R\$ 5,29	53,54%	R\$ 9,88 (Média)	R\$ 533,52
GRUPO 2																R\$ 4.924,35
12	71	peça	Assento sanitário oval (tampa para vaso)	R\$ 55,00 (Descartado)	R\$ 40,17	R\$ 24,90	R\$ 27,00	R\$ 19,00	R\$ 33,21	R\$ 14,43	R\$ 47,64	R\$ 27,77	R\$ 8,94	32,19%	R\$ 25,95 (Mediana)	R\$ 1.842,45
13	10	peça	Assento para bacia sanitária acessível	R\$ 319,90	R\$ 319,90	R\$ 318,62	R\$ 274,35	-	R\$ 308,19	R\$ 22,57	R\$ 330,76	R\$ 308,19	R\$ 22,57	7,32%	R\$ 308,19 (Média)	R\$ 3.081,90
GRUPO 3																R\$ 23.356,38
14	10	peça	Caixa de descarga suspensa, externa	R\$ 72,72 (Descartado)	R\$ 54,50	R\$ 49,73	-	R\$ 28,90	R\$ 51,46	R\$ 18,01	R\$ 69,47	R\$ 44,38	R\$ 13,61	30,67%	R\$ 44,38 (Média)	R\$ 443,80
15	50	peça	Reparo da descarga Liga de Cobre, Plásticos de Engenharia	R\$ 164,47 (Descartado)	R\$ 124,90	R\$ 119,69	-	-	R\$ 136,35	R\$ 24,49	R\$ 160,84	R\$ 122,30	R\$ 3,68	3,01%	R\$ 122,30 (Média)	R\$ 6.115,00
16	2	peça	Reparo de descarga Bitola: 40 mm	R\$ 84,14 (Descartado)	R\$ 80,60	R\$ 78,67	-	-	R\$ 81,14	R\$ 2,77	R\$ 83,91	R\$ 79,64	R\$ 1,36	1,71%	R\$ 79,64 (Média)	R\$ 159,28
17	50	peça	Cilindro para mictório biopress	R\$ 263,48	R\$ 210,78	R\$ 119,38	-	-	R\$ 197,88	R\$ 72,91	R\$ 270,79	R\$ 197,88	R\$ 72,91	36,85%	R\$ 197,88 (Média)	R\$ 9.894,00
18	50	peça	Botão acionador descarga. Cor: preta	R\$ 89,90 (Descartado)	R\$ 69,99	R\$ 68,80	-	-	R\$ 76,23	R\$ 11,85	R\$ 88,08	R\$ 69,40	R\$ 0,84	1,21%	R\$ 69,40 (Média)	R\$ 3.470,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**  
**COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)**  
**SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)**

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000042630-0					OBJETO:	Aquisição de materiais de hidráulica						R\$ 77.465,42
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Preço Público	Preço 05 TRE-RJ Pregão 90028/25	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total
19	10	conjunto	Mecanismo completo para caixa de descarga acoplada Universal, acionamento lateral	R\$ 215,75	R\$ 215,90	R\$ 189,90	-	R\$ 71,17	R\$ 173,18	R\$ 69,10	R\$ 242,28	R\$ 173,18	R\$ 69,10	39,90%	R\$ 173,18 (Média)	R\$ 1.731,80
20	10	conjunto	Mecanismo completo para caixa de descarga acoplada Universal, acionamento superior	R\$ 195,99	R\$ 182,90	R\$ 149,99	-	R\$ 88,11	R\$ 154,25	R\$ 48,15	R\$ 202,40	R\$ 154,25	R\$ 48,15	31,22%	R\$ 154,25 (Média)	R\$ 1.542,50
GRUPO 4																R\$ 1.839,30
21	3	peça	Registro de Gaveta (com acabamento) diâmetro de Ø 3/4"	R\$ 198,90	R\$ 170,14	R\$ 103,32	-	-	R\$ 157,45	R\$ 49,04	R\$ 206,49	R\$ 157,45	R\$ 49,04	31,15%	R\$ 157,45 (Média)	R\$ 472,35
22	15	peça	Registro de esfera de PVC de 40mm, soldável	R\$ 61,10	R\$ 59,90	R\$ 55,99	R\$ 41,00	-	R\$ 54,50	R\$ 9,26	R\$ 63,76	R\$ 54,50	R\$ 9,26	16,99%	R\$ 54,50 (Média)	R\$ 817,50
23	11	peça	Registro de esfera de PVC de 50mm, soldável	R\$ 61,10 (Descartado)	R\$ 49,99	R\$ 49,90	-	-	R\$ 53,66	R\$ 6,44	R\$ 60,10	R\$ 49,95	R\$ 0,06	0,12%	R\$ 49,95 (Média)	R\$ 549,45
GRUPO 5																R\$ 2.540,28
24	10	peça	Abraçadeira de pressão com click, marrom	R\$ 1,46 (Descartado)	R\$ 0,98	R\$ 0,95	-	-	R\$ 1,13	R\$ 0,29	R\$ 1,42	R\$ 0,97	R\$ 0,02	2,06%	R\$ 0,97 (Média)	R\$ 9,70
25	124	rolo	Fita “veda-rosca” para vedação. 18mm x 50m	R\$ 26,74 (Descartado)	R\$ 22,30	R\$ 19,18	R\$ 10,88	R\$ 4,33	R\$ 16,69	R\$ 9,02	R\$ 25,71	R\$ 14,17	R\$ 8,14	57,45%	R\$ 14,17 (Média)	R\$ 1.757,08
26	5	peça	Torneira de bóia mecânica para caixa d'água.	R\$ 103,26	R\$ 99,82	R\$ 84,00	-	R\$ 56,19	R\$ 85,82	R\$ 21,46	R\$ 107,28	R\$ 85,82	R\$ 21,46	25,01%	R\$ 85,82 (Média)	R\$ 429,10
27	30	peça	Anel de vedação. Massa à base de borracha sintética	R\$ 20,90 (Descartado)	R\$ 14,84	R\$ 13,80	-	R\$ 5,80	R\$ 13,84	R\$ 6,20	R\$ 20,04	R\$ 11,48	R\$ 4,95	43,12%	R\$ 11,48 (Média)	R\$ 344,40
GRUPO 6																R\$ 7.040,05
28	3	peça	Caixas-d'água de 500 litros.	R\$ 388,30 (Descartado)	R\$ 308,99	R\$ 363,32	R\$ 300,00	R\$ 242,00	R\$ 320,52	R\$ 57,33	R\$ 377,85	R\$ 303,58	R\$ 49,68	16,36%	R\$ 303,58 (Média)	R\$ 910,74
29	5	peça	Caixas-d'água de 1.000 litros	R\$ 1.555,08 (Descartado)	R\$ 726,25	R\$ 658,94	R\$ 490,00	R\$ 350,00	R\$ 756,05	R\$ 470,22	R\$ 1.226,27	R\$ 556,30	R\$ 169,68	30,50%	R\$ 556,30 (Média)	R\$ 2.781,50
30	1	peça	Caixas-d'água de 5.000 litros	R\$ 6.469,44 (Descartado)	R\$ 3.450,00	R\$ 3.245,61	-	-	R\$ 4.388,35	R\$ 1.805,17	R\$ 6.193,52	R\$ 3.347,81	R\$ 144,53	4,32%	R\$ 3.347,81 (Média)	R\$ 3.347,81
GRUPO 7																R\$ 6.303,46
31	2	peça	Lavadora para limpeza de ar condicionado, tipo autoaspirante	R\$ 1.413,67 (Descartado)	R\$ 1.145,75	R\$ 1.100,00	-	-	R\$ 1.219,81	R\$ 169,44	R\$ 1.389,25	R\$ 1.122,88	R\$ 32,35	2,88%	R\$ 1.122,88 (Média)	R\$ 2.245,76
32	2	peça	Bolsa coletora para limpeza de ar condicionado Split Hi-Wall no local	R\$ 399,00	R\$ 377,23	R\$ 304,22	-	-	R\$ 360,15	R\$ 49,64	R\$ 409,79	R\$ 360,15	R\$ 49,64	13,78%	R\$ 360,15 (Média)	R\$ 720,30
33	2	peça	Bolsa coletora profissional para limpeza de evaporadoras Piso Teto	R\$ 431,99 (Descartado)	R\$ 384,00	R\$ 351,50	-	-	R\$ 389,16	R\$ 40,49	R\$ 429,65	R\$ 367,75	R\$ 22,98	6,25%	R\$ 367,75 (Média)	R\$ 735,50
34	2	peça	Conjunto de ferramentas manuais de alto impacto para manutenção pesada	R\$ 1.600,00 (Descartado)	R\$ 1.316,99	R\$ 1.284,90	-	-	R\$ 1.400,63	R\$ 173,40	R\$ 1.574,03	R\$ 1.300,95	R\$ 22,69	1,74%	R\$ 1.300,95 (Média)	R\$ 2.601,90
GRUPO 8																R\$ 4.658,68
35	15	peça	Adaptador em PVC soldável marrom com bolsa e rosca externa , de 20mm x ½"	R\$ 2,39	R\$ 2,12	R\$ 1,90	R\$ 1,45	R\$ 0,55	R\$ 1,68	R\$ 0,72	R\$ 2,40	R\$ 1,68	R\$ 0,72	42,86%	R\$ 1,68 (Média)	R\$ 25,20
36	10	peça	Adaptador em PVC soldável marrom com bolsa e rosca externa , de 25mm x ¾"	R\$ 1,90 (Descartado)	R\$ 1,90 (Descartado)	R\$ 1,23	R\$ 0,70	R\$ 0,60	R\$ 1,27	R\$ 0,63	R\$ 1,90	R\$ 1,27	R\$ 0,34	26,77%	R\$ 1,27 (Média)	R\$ 12,70

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**  
**COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)**  
**SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)**

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000042630-0					OBJETO:	Aquisição de materiais de hidráulica						R\$ 77.465,42
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Preço Público	Preço 05 TRE-RJ Pregão 90028/25	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total
37	22	peça	Adaptador em PVC soldável marrom com bolsa e rosca externa, de 32mm x 1",	R\$ 4,59 (Descartado)	R\$ 3,90	R\$ 3,85	R\$ 1,83	R\$ 1,55	R\$ 3,14	R\$ 1,36	R\$ 4,50	R\$ 2,78	R\$ 1,27	45,68%	R\$ 2,78 (Média)	R\$ 61,16
38	5	peça	Adaptador em PVC roscável, com flanges e anel de vedação, branco, para caixa d'água de 3/4"	R\$ 53,09 (Descartado)	R\$ 46,99	R\$ 44,73	-	-	R\$ 48,27	R\$ 4,32	R\$ 52,59	R\$ 45,86	R\$ 1,60	3,49%	R\$ 45,86 (Média)	R\$ 229,30
39	20	peça	Bucha de redução em PVC roscável, branca de 1" x 3/4"	R\$ 8,49	R\$ 8,00	R\$ 7,90	-	R\$ 2,62	R\$ 6,75	R\$ 2,77	R\$ 9,52	R\$ 6,75	R\$ 2,77	41,04%	R\$ 6,75 (Média)	R\$ 135,00
40	20	peça	Bucha de redução em PVC soldável curta de 25mm x 20mm, marrom	R\$ 7,44 (Descartado)	R\$ 1,90	R\$ 1,50	-	R\$ 0,42	R\$ 2,82	R\$ 3,15	R\$ 5,97	R\$ 1,27	R\$ 0,77	60,63%	R\$ 1,27 (Média)	R\$ 25,40
41	10	peça	Cap em PVC roscável, branco de ½".	R\$ 6,50 (Descartado)	R\$ 6,05	R\$ 4,63	R\$ 0,90	R\$ 1,42	R\$ 3,90	R\$ 2,60	R\$ 6,50	R\$ 3,90	R\$ 2,49	63,85%	R\$ 3,03 (Mediana)	R\$ 30,25
42	10	peça	Cap soldável em PVC marrom de 25mm	R\$ 3,99	R\$ 3,50	R\$ 3,33	R\$ 0,94	-	R\$ 2,94	R\$ 1,36	R\$ 4,30	R\$ 2,94	R\$ 1,36	46,26%	R\$ 2,94 (Média)	R\$ 29,40
43	10	peça	Curva de 90º em PVC roscável, branco de ½"	R\$ 21,27	R\$ 17,90	R\$ 16,90	-	R\$ 6,31	R\$ 15,60	R\$ 6,47	R\$ 22,07	R\$ 15,60	R\$ 6,47	41,47%	R\$ 15,60 (Média)	R\$ 156,00
44	11	peça	Curva de 45º soldável em PVC marrom de 32mm	R\$ 11,63	R\$ 11,18	R\$ 11,06	R\$ 5,30	-	R\$ 9,79	R\$ 3,01	R\$ 12,80	R\$ 9,79	R\$ 3,01	30,75%	R\$ 9,79 (Média)	R\$ 107,69
45	5	peça	Joelho de 90º em PVC roscável, branco de 1/2"	R\$ 6,50	R\$ 5,64	R\$ 5,61	R\$ 3,39	R\$ 1,60	R\$ 4,55	R\$ 2,01	R\$ 6,56	R\$ 4,55	R\$ 2,01	44,18%	R\$ 4,55 (Média)	R\$ 22,75
46	5	peça	Joelho de 90º em PVC roscável, branco de 3/4"	R\$ 7,94	R\$ 6,60	R\$ 5,99	R\$ 1,65	-	R\$ 5,55	R\$ 2,72	R\$ 8,27	R\$ 5,55	R\$ 2,72	49,01%	R\$ 5,55 (Média)	R\$ 27,75
47	10	peça	Joelho de 90º em PVC roscável, branco de 1"	R\$ 13,90 (Descartado)	R\$ 10,94	R\$ 8,74	-	-	R\$ 11,19	R\$ 2,59	R\$ 13,78	R\$ 9,84	R\$ 1,56	15,85%	R\$ 9,84 (Média)	R\$ 98,40
48	10	peça	Joelho de 45º soldável em PVC marrom de 32mm	R\$ 8,87 (Descartado)	R\$ 7,90	R\$ 5,75	R\$ 3,75	R\$ 3,69	R\$ 5,99	R\$ 2,36	R\$ 8,35	R\$ 5,27	R\$ 2,00	37,95%	R\$ 4,75 (Mediana)	R\$ 47,50
49	11	peça	Joelho de 45º soldável em PVC marrom de 40mm	R\$ 14,84	R\$ 16,90	R\$ 9,90	R\$ 3,50	-	R\$ 11,29	R\$ 5,96	R\$ 17,25	R\$ 11,29	R\$ 5,96	52,79%	R\$ 11,29 (Média)	R\$ 124,19
50	10	peça	Joelho de 45º soldável em PVC marrom de 50mm	R\$ 29,55 (Descartado)	R\$ 14,79	R\$ 11,65	R\$ 5,34	-	R\$ 15,33	R\$ 10,26	R\$ 25,59	R\$ 10,59	R\$ 4,81	45,42%	R\$ 10,59 (Média)	R\$ 105,90
51	40	peça	Joelho de 90º com rosca e bucha de latão, azul em PVC roscável, de ¾"	R\$ 49,99	R\$ 47,50	R\$ 38,50	-	R\$ 3,69	R\$ 34,92	R\$ 21,40	R\$ 56,32	R\$ 34,92	R\$ 21,40	61,28%	R\$ 34,92 (Média)	R\$ 1.396,80
52	80	peça	Joelho de 90ºsoldável em PVC, marrom de 20mm.	R\$ 7,34 (Descartado)	R\$ 1,20	R\$ 0,99	R\$ 1,00	R\$ 0,36	R\$ 2,18	R\$ 2,90	R\$ 5,08	R\$ 0,89	R\$ 0,36	40,45%	R\$ 0,89 (Média)	R\$ 71,20
53	51	peça	Joelho de 90ºsoldável em PVC, marrom de 25mm.	R\$ 6,41 (Descartado)	R\$ 1,52	R\$ 1,00	R\$ 2,70	-	R\$ 2,91	R\$ 2,44	R\$ 5,35	R\$ 1,74	R\$ 0,87	50,00%	R\$ 1,52 (Mediana)	R\$ 77,52
54	20	peça	Luva em PVC roscável, branca de 1".	R\$ 10,99	R\$ 10,60	R\$ 8,90	R\$ 7,25	R\$ 4,81	R\$ 8,51	R\$ 2,55	R\$ 11,06	R\$ 8,51	R\$ 2,55	29,96%	R\$ 8,51 (Média)	R\$ 170,20
55	11	peça	Luva de redução soldável em PVC marrom de 25mm x 20mm,	R\$ 3,55 (Descartado)	R\$ 3,18	R\$ 3,00	-	-	R\$ 3,24	R\$ 0,28	R\$ 3,52	R\$ 3,09	R\$ 0,13	4,21%	R\$ 3,09 (Média)	R\$ 33,99
56	31	peça	Luva soldável em PVC marrom de 20mm	R\$ 2,65 (Descartado)	R\$ 2,39	R\$ 1,90	R\$ 1,30	R\$ 0,41	R\$ 1,73	R\$ 0,90	R\$ 2,63	R\$ 1,50	R\$ 0,85	56,67%	R\$ 1,50 (Média)	R\$ 46,50
57	10	peça	Luva soldável em PVC marrom de 25mm	R\$ 2,18	R\$ 1,99	R\$ 1,99	R\$ 1,25	R\$ 0,54	R\$ 1,59	R\$ 0,69	R\$ 2,28	R\$ 1,59	R\$ 0,69	43,40%	R\$ 1,59 (Média)	R\$ 15,90
58	10	peça	Luva soldável em PVC marrom de 32mm	R\$ 7,00 (Descartado)	R\$ 5,90	R\$ 4,18	R\$ 4,00	R\$ 1,78	R\$ 4,57	R\$ 2,00	R\$ 6,57	R\$ 3,97	R\$ 1,69	42,57%	R\$ 3,97 (Média)	R\$ 39,70
59	15	peça	Luva soldável em PVC marrom de 50mm	R\$ 9,00 (Descartado)	R\$ 6,31	R\$ 6,07	R\$ 2,90	-	R\$ 6,07	R\$ 2,50	R\$ 8,57	R\$ 5,09	R\$ 1,90	37,33%	R\$ 5,09 (Média)	R\$ 76,35



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**  
**COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)**  
**SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)**

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000042630-0					OBJETO:	Aquisição de materiais de hidráulica						R\$ 77.465,42
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Preço Público	Preço 05 TRE-RJ Pregão 90028/25	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total
60	21	peça	Niple em PVC roscável, branco de 1/2"	R\$ 4,00	R\$ 3,90	R\$ 3,07	R\$ 3,36	R\$ 0,77	R\$ 3,02	R\$ 1,31	R\$ 4,33	R\$ 3,02	R\$ 1,31	43,38%	R\$ 3,02 (Média)	R\$ 63,42
61	31	peça	Niple em PVC roscável, branco de 3/4"	R\$ 7,00 (Descartado)	R\$ 3,99	R\$ 3,90	R\$ 0,56	-	R\$ 3,86	R\$ 2,63	R\$ 6,49	R\$ 2,82	R\$ 1,95	69,15%	R\$ 2,82 (Média)	R\$ 87,42
62	10	peça	Niple em PVC roscável, branco de 1".	R\$ 10,13	R\$ 9,50	R\$ 7,89	R\$ 3,36	-	R\$ 7,72	R\$ 3,06	R\$ 10,78	R\$ 7,72	R\$ 3,06	39,64%	R\$ 7,72 (Média)	R\$ 77,20
63	21	peça	Plug em PVC roscável, branco de 1/2".	R\$ 4,00 (Descartado)	R\$ 2,90	R\$ 2,86	R\$ 1,30	R\$ 0,50	R\$ 2,31	R\$ 1,40	R\$ 3,71	R\$ 1,89	R\$ 1,19	62,96%	R\$ 1,89 (Média)	R\$ 39,69
64	20	peça	Plug em PVC roscável, branco de 3/4".	R\$ 9,18 (Descartado)	R\$ 6,00	R\$ 4,19	R\$ 1,75	-	R\$ 5,28	R\$ 3,13	R\$ 8,41	R\$ 3,98	R\$ 2,13	53,52%	R\$ 3,98 (Média)	R\$ 79,60
65	11	peça	Tê de 90º em PVC roscável, branco de 3/4".	R\$ 12,99	R\$ 11,75	R\$ 10,09	-	R\$ 3,78	R\$ 9,65	R\$ 4,09	R\$ 13,74	R\$ 9,65	R\$ 4,09	42,38%	R\$ 9,65 (Média)	R\$ 106,15
66	37	peça	Tê de 90º soldável em PVC marrom de 32mm	R\$ 8,00	R\$ 8,00	R\$ 6,90	-	R\$ 2,66	R\$ 6,39	R\$ 2,54	R\$ 8,93	R\$ 6,39	R\$ 2,54	39,75%	R\$ 6,39 (Média)	R\$ 236,43
67	10	peça	Tê de 90º soldável em PVC marrom de 50mm	R\$ 20,00 (Descartado)	R\$ 18,90	R\$ 10,67	R\$ 8,74	R\$ 7,74	R\$ 13,21	R\$ 5,81	R\$ 19,02	R\$ 11,51	R\$ 5,07	44,05%	R\$ 9,71 (Mediana)	R\$ 97,05
68	21	peça	União em PVC roscável, branca de 3/4" pol	R\$ 27,90 (Descartado)	R\$ 22,90	R\$ 19,00	-	-	R\$ 23,27	R\$ 4,46	R\$ 27,73	R\$ 20,95	R\$ 2,76	13,17%	R\$ 20,95 (Média)	R\$ 439,95
69	6	peça	União soldável em PVC marrom de 50mm,	R\$ 51,96	R\$ 49,31	R\$ 47,90	R\$ 27,50	-	R\$ 44,17	R\$ 11,24	R\$ 55,41	R\$ 44,17	R\$ 11,24	25,45%	R\$ 44,17 (Média)	R\$ 265,02
<b>GRUPO 9</b>																R\$ 4.500,51
70	10	tubo com 6 metros	Tubo em PVC roscável branco com 6 metros de 1/2" polegada,	R\$ 131,51	R\$ 131,51	R\$ 121,92	R\$ 62,00	-	R\$ 111,74	R\$ 33,46	R\$ 145,20	R\$ 111,74	R\$ 33,46	29,94%	R\$ 111,74 (Média)	R\$ 1.117,40
71	6	tubo com 6 metros	Tubo em PVC roscável branco com 6 metros de 3/4" de polegada	R\$ 146,16	R\$ 145,00	R\$ 133,85	R\$ 30,40	-	R\$ 113,85	R\$ 55,91	R\$ 169,76	R\$ 113,85	R\$ 55,91	49,11%	R\$ 113,85 (Média)	R\$ 683,10
72	16	tubo com 6 metros	Tubo de PVC soldável marrom com 6 metros no diâmetro 32mm	R\$ 115,00	R\$ 104,90	R\$ 73,05	R\$ 48,50	-	R\$ 85,36	R\$ 30,39	R\$ 115,75	R\$ 85,36	R\$ 30,39	35,60%	R\$ 85,36 (Média)	R\$ 1.365,76
73	5	tubo com 6 metros	Tubo de PVC soldável marrom com 6 metros no diâmetro 60mm	R\$ 321,52	R\$ 321,52	R\$ 319,90	R\$ 104,47	-	R\$ 266,85	R\$ 108,26	R\$ 375,11	R\$ 266,85	R\$ 108,26	40,57%	R\$ 266,85 (Média)	R\$ 1.334,25
<b>GRUPO 10</b>																R\$ 3.246,95
74	5	peça	Cap em PVC soldável de 150 mm para esgoto	R\$ 81,10	R\$ 74,80	R\$ 73,90	R\$ 8,66	-	R\$ 59,62	R\$ 34,12	R\$ 93,74	R\$ 59,62	R\$ 34,12	57,23%	R\$ 59,62 (Média)	R\$ 298,10
75	20	peça	Curva 90o curta em PVC soldável de 40 mm	R\$ 9,50 (Descartado)	R\$ 8,30	R\$ 8,19	R\$ 5,93	-	R\$ 7,98	R\$ 1,49	R\$ 9,47	R\$ 7,47	R\$ 1,34	17,94%	R\$ 7,47 (Média)	R\$ 149,40
76	20	peça	Joelho 45º em PVC soldável de 50 mm	R\$ 9,90 (Descartado)	R\$ 7,31	R\$ 6,50	R\$ 5,80	-	R\$ 7,38	R\$ 1,79	R\$ 9,17	R\$ 6,54	R\$ 0,76	11,62%	R\$ 6,54 (Média)	R\$ 130,80
77	20	peça	Joelho 90o em PVC soldável de 40 mm	R\$ 4,90 (Descartado)	R\$ 3,86	R\$ 3,33	R\$ 2,80	R\$ 0,98	R\$ 3,17	R\$ 1,45	R\$ 4,62	R\$ 2,74	R\$ 1,25	45,62%	R\$ 2,74 (Média)	R\$ 54,80
78	20	peça	Joelho 90o em PVC soldável de 50 mm	R\$ 30,00 (Descartado)	R\$ 7,48	R\$ 5,90	R\$ 3,35	R\$ 2,15	R\$ 9,78	R\$ 11,50	R\$ 21,28	R\$ 4,72	R\$ 2,41	51,06%	R\$ 4,63 (Mediana)	R\$ 92,50
79	10	peça	Luva simples em PVC soldável de 50 mm	R\$ 7,97 (Descartado)	R\$ 5,40	R\$ 4,50	R\$ 3,19	R\$ 3,65	R\$ 4,94	R\$ 1,89	R\$ 6,83	R\$ 4,19	R\$ 0,97	23,15%	R\$ 4,19 (Média)	R\$ 41,90
80	11	peça	Tubo em PVC soldável de 40 mm para esgoto com ponta bolsa e virola, 6 metros	R\$ 310,98 (Descartado)	R\$ 134,89	R\$ 108,21	-	-	R\$ 184,69	R\$ 110,18	R\$ 294,87	R\$ 121,55	R\$ 18,87	15,52%	R\$ 121,55 (Média)	R\$ 1.337,05

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO  
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)  
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000042630-0					OBJETO:	Aquisição de materiais de hidráulica						R\$ 77.465,42
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Preço Público	Preço 05 TRE-RJ Pregão 90028/25	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total
81	6	peça	Tubo em PVC soldável de 50 mm. para esgoto com ponta bolsa e virola, 6 metros	R\$ 384,60 (Descartado)	R\$ 250,90	R\$ 129,90	-	-	R\$ 255,13	R\$ 127,40	R\$ 382,53	R\$ 190,40	R\$ 85,56	44,94%	R\$ 190,40 (Média)	R\$ 1.142,40



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**

### **SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS COORDENADORIA DE ENGENHARIA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **I – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO [Lei 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso I]**

O presente estudo preliminar visa atender às demandas decorrentes da manutenção preventiva, corretiva e estruturante das diversas unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

A contratação se justifica dada a degradação natural da infraestrutura e a necessidade atual e ocasional que o TRE-RJ tem de conservar e manter suas instalações, propiciando ambientes confortáveis e adequados para a realização das atividades laborais, com preservação do patrimônio público.

Justifica-se ainda pela inexistência, no quadro de servidores do TRE-RJ, de profissionais suficientes e/ou habilitados para este serviço, assim como pela ausência dos materiais no estoque deste Regional em quantidade e/ou qualidade suficientes para o atendimento desta demanda.

#### **II – DATA PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA**

Maio de 2026.

#### **III - CONEXÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE [Art. 18, § 1º, inciso II]**

A solicitação se alinha com o Planejamento Estratégico 2021-2026 do TRE-RJ, especialmente no que diz respeito ao Objetivo Estratégico 13: “Aperfeiçoar a Infraestrutura - Refere-se ao fornecimento e aperfeiçoamento da infraestrutura física e de recursos materiais adequados (instalações, mobiliário, logística e equipamentos), pautando-se por critérios de acessibilidade, sustentabilidade, segurança e saúde ocupacional, a fim de assegurar o bom andamento das atividades institucionais do TRE-RJ”.

Esta contratação está prevista no plano de contratações de 2026 correspondente aos itens 139 e 140.

#### **IV - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO, COM JUSTIFICATIVAS QUE AS RELACIONE À DEMANDA [Art. 18, § 1º, inciso IV]**

Os materiais e/ou equipamentos terão sua quantidade calculada e definida com base na memória de cálculo que será apresentada no Termo de Referência (TR), levando em consideração o estoque e o consumo médio mensal do material durante os últimos 12 meses, podendo ser feitos ajustes, devidamente justificados.

#### **V - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR [Art. 18, § 1º, inciso V]**

##### **A) LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Foram identificadas as seguintes soluções viáveis para o atendimento da demanda:

Solução 1: Atender as necessidades de manutenção predial corretiva, preventiva e estruturante através da contratação de empresa prestadora de serviços para operação de postos de trabalho com dedicação exclusiva

de mão de obra, sem o fornecimento de materiais pela empresa contratada. Neste caso, o TRE-RJ é responsável pelo fornecimento dos materiais necessários aos serviços de manutenção.

**Solução 2:** Atender as necessidades de manutenção predial corretiva, preventiva e estruturante através da contratação de empresa prestadora de serviços para operação de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, com o fornecimento de materiais pela empresa contratada.

**Solução 3:** Atender as necessidades de manutenção predial corretiva, preventiva e estruturante através da contratação de empresa prestadora por demanda de serviço, em que diferentemente das soluções anteriores, os profissionais não são diretamente disponibilizados ao TRE-RJ, sendo a empresa contratada responsável por atender diretamente a demanda, executando diretamente as Ordens de Serviço, com fornecimento de materiais.

**Solução 4:** Atender as necessidades de manutenção predial corretiva, preventiva e estruturante de forma híbrida/mista, através contratação de empresa prestadora por demanda de serviço e para operação de postos de trabalhos com dedicação exclusiva de mão de obra.

**Solução 5:** Aquisição de materiais e/ou equipamentos para atendimento das demandas de manutenção predial corretiva, preventiva e estruturante.

Realizou-se a pesquisa em outros órgãos públicos, conforme será exposto neste tópico. Entretanto, não foram levantados os custos apurados para todas as soluções deste item V, devido as diversas soluções possíveis (postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, demanda de serviço, modelo híbrido/misto, todos com possibilidade de inclusão ou não do fornecimento de materiais), e a atual vigência no TRE-RJ do contrato 001/2023 de manutenção predial com postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, sem o fornecimento de materiais. Detalhou-se o seguinte levantamento:

-TRE-RJ: Postos de Trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, sem o fornecimento de materiais. O atual contrato 001/2023 (2022.0.000029543-5) iniciou-se (id [2947791](#)) com valor total global de R\$ 15.778.192,95; 96 postos de trabalho e vigência até 31/01/2025. Foi recentemente prorrogado (id [4281123](#)) por mais 24 meses, com nova expiração em 31/01/2027, 110 postos de trabalho e novo valor global de R\$ 18.373.039,18.

- TRE-SP: Conforme processo SEI 2022.0.000029543-5 (id's [2600596](#) e [2600597](#)), modalidade de contratação por mão de obra exclusiva com emprego de ferramentas e equipamentos pela empresa contratada. O contrato contempla 38 postos de trabalho. Teve início em 27/02/2020, com previsão de renovações anuais, conforme previsão de lei. Houve aditivo em 20/4/21 e estabeleceu-se vigência do contrato original até 26/02/2022, com valor global de R\$ 4.866.340,67.

-TRF2: Conforme processo SEI 2022.0.000029543-5 (id's [2600587](#), [2600590](#) e [2600592](#)), contrato original assinado em 08/02/19, para contratação de mão de obra, material, equipamentos e ferramentas, com prazo de 24 meses. Inicialmente, com previsão de 25 postos de trabalho. Houve, um primeiro aditamento para aumento dos postos de trabalho, totalizando-se, 29, em 06/09/19. O contrato teve outro aditamento em 30/12/2020, com valor global repactuado em R\$ 4.014.739,72 e vigência por mais 24 meses. O contrato prevê prorrogações por no máximo 60 meses.

## **B) SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

Atualmente, destaca-se que está em vigor no TRE-RJ o contrato 001/2023 de manutenção predial com postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, SEM o fornecimento de materiais. Isto posto, a solução 1 presente neste item V, seria, em princípio, uma das soluções escolhidas pelo TRE-RJ para o atendimento a curto prazo da demanda de manutenção.

Entretanto, somente a solução 1, não é suficiente por si só para atender a demanda de manutenção, pois os materiais necessários para os serviços não são fornecidos pela empresa contratada. Sendo assim, optou-se pela escolha complementar da solução 5, em que o TRE-RJ deve adquirir os materiais e/ou equipamentos necessários aos serviços de manutenção. Caso eles não sejam adquiridos, pode-se concorrer, dentre outros, aos problemas descritos a seguir:

- a) Impedimento da execução do contrato 001/2023, em que a maioria das Ordens de Serviço (OS) executadas pelos profissionais necessitam de insumos (materiais e/ou equipamentos). São minoria as Ordens de Serviço que podem ser executadas apenas com a mão de obra;
- b) Não execução das manutenções, corretivas, preventivas e estruturantes;
- c) Interrupção do Serviço Público;
- d) Não atendimento ao Planejamento Estratégico 2021/2026, em especial ao Objetivo Estratégico 13 do mapa estratégico: Aperfeiçoar a Infraestrutura do TRE-RJ.

Justifica-se, portanto, a escolha pela solução 5 (aquisição de materiais e/ou equipamentos necessários para o atendimento dos serviços de manutenção), que complementará a solução 1 (item V), a qual já foi implementada neste Tribunal através do contrato 01/2023.

Ressalta-se que a médio e longo prazo poderão ser adotadas as outras soluções identificadas neste item V. No momento, como o contrato 001/2023 (2022.0.000029543-5 id [4281123](#)) foi prorrogado até 31/01/2027, esta continua sendo a melhor solução possível.

## **VI - DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA [Art. 18, § 1º, inciso VII]**

A descrição completa da solução escolhida será detalhada no Termo de Referência (TR).

## **VII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso VI]**

De acordo com o previsto no PCA/2026: R\$ 60.000,00.

## **VIII - PARCELAMENTO DO OBJETO [Art. 18, § 1º, inciso VIII]**

O objeto será parcelado em itens por ser técnica e economicamente viável.

Será detalhado no TR os itens que estarão adjudicados de forma individual e os itens que estarão adjudicados por grupos, para propiciar um maior interesse por parte das empresas e aumentar a competitividade, objetivando melhores propostas.

## **IX - RESULTADOS PRETENDIDOS/BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS [Art. 18, § 1º, inciso IX]**

Pretende-se com a presente aquisição de insumos (materiais e/ou equipamentos), proporcionar um ambiente seguro, confortável e adequado às atividades laborais a todo o corpo funcional do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, mantendo as instalações em perfeito estado de funcionamento, através da realização de manutenções preventivas, corretivas e estruturantes.

Desta forma, o TRE-RJ poderá cumprir o seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais, financeiros disponíveis, observando-se, inclusive, as políticas de responsabilidade ambiental adotadas pelo Tribunal, primando, enfim, pelo interesse público.

## **X - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso III]**

- a) Esta contratação deverá seguir, no que couber, as normas técnicas Brasileiras da ABNT e/ou legislação específica, detalhadas, caso necessário, no Termo de Referência (TR).
- b) A entrega do objeto da contratação será pontual, não sendo necessário cronograma.
- c) As obrigações da contratada serão detalhadas no Termo de Referência (TR).
- d) As obrigações do contratante serão detalhadas no Termo de Referência (TR).
- e) As obrigações comuns às partes serão detalhadas no Termo de Referência (TR).

**XI – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO [Art. 18, § 1º, incisos X e XI]****11.1 Adequação de ambiente**

Não aplicável, pois não são necessárias adequações do ambiente para a aquisição dos insumos (materiais e/ou equipamentos).

**11.2 Recursos humanos**

Não se aplica.

**11.3 Impactos administrativos**

Não se aplica.

**11.4 Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Não se aplica.

**XII – COMPETÊNCIA ESPECÍFICA PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

Não se aplica, pois não há a necessidade de fiscalização, uma vez que não há contrato, mas apenas emissão de nota de empenho.

**XIII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/REQUISITOS AMBIENTAIS [Art. 18, § 1º, inciso XII]**

Serão detalhados no Termo de Referência os itens que deverão apresentar Certificado de Regularidade do IBAMA do fabricante ou o seu número de inscrição no CNPJ, a fim de se verificar junto a esse órgão se o fabricante possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na validade – de acordo com o art.17 inc. I e II da Lei Federal 6938/1981, bem como instrução normativa nº 6, de 15/03/13 do IBAMA.

**XIV — INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO A SER UTILIZADA PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

Trata-se de uma aquisição por meio de pregão eletrônico, com base na Lei 14.133/2021.

**XV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA [Art. 18, § 1º, inciso XIII]**

A equipe de planejamento da contratação, após concluir os Estudos Técnicos Preliminares aqui registrados, declara ser viável a aquisição de insumos (materiais e/ou equipamentos) para manutenção predial.

**XVI - DECLARAÇÃO SOBRE A RESTRIÇÃO DE ACESSO AOS ESTUDOS PRELIMINARES OU AO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

Trata-se de documento preparatório para licitação. Deve ter acesso restrito até a publicação de Edital de Licitação nos termos do Art. 7º, da Lei 12.527/2011).

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2026

**MARCELO FERNANDES SOARES LEITE**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente em 23/01/2026, às 16:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**PAULO EDUARDO TRINDADE FEIJO**

**ANALISTA JUDICIÁRIO**

Documento assinado eletronicamente em 23/01/2026, às 16:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

---

**RENEE ROCHA FIUSA**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS**



Documento assinado eletronicamente em 26/01/2026, às 14:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

---

**MARCIO DIAS RODRIGUES**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente em 26/01/2026, às 17:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4798799** e o código CRC **9415A860**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

---

Criado por [marcelo.leite](#), versão 2 por [marcelo.leite](#) em 23/01/2026 16:52:12.